

SISTEMATIZAÇÃO, uma arte de ampliar cabeças...

Elza Maria Fonseca Falkembach, 2006.

O objetivo deste texto é apresentar a proposta teórico-metodológica que orientou o desenvolvimento da sistematização de 11 experiências, apoiadas pelo PDA – Subprograma Projetos Demonstrativos do Ministério do Meio Ambiente, e cujos produtos vieram a compor a Série Sistematização: comunidades construindo sua sustentabilidade, iniciativa viabilizada pelo mesmo programa. Estes escritos apresentam ao leitor reflexões sobre a contemporaneidade e argumentam sobre a possibilidade de a sistematização constituir-se em um instrumental pedagógico que instiga coletivos humanos à produção de conhecimentos e aprendizagens. Procuram mostrar como a sistematização contribui para a formação de sujeitos, de pensamento e ação, que fazem de suas práticas oportunidades de estar no mundo de forma reflexiva e, ao mesmo tempo, propositiva; como contribui para que espaços de práticas sociais produtivas, organizativas, educativas e culturais se constituam em oportunidades de viver “*experiência*”.

O texto apresenta os fundamentos, os limites e as potencialidades de uma “*proposta de sistematização de práticas sociais*”, cujos procedimentos foram traçados para serem vividos em 8 atos. Foi produzido com o objetivo de proporcionar maior visibilidade a uma lógica metodológica reconstruída, mediante 11 estilos – das 11 experiências apoiadas pelo PDA - e desafiar a novas vivências e reconstruções.

1 Falando de um tempo e de espaços

Não é fácil, para nós humanos, estar no mundo, nos vermos em um tempo e em um espaço e decidir como vivê-los. Até porque esse tipo de decisão exige capacidade e habilidade para divisar as fissuras que intercalam os condicionamentos e as determinações dos processos sociais dominantes que, sem grande esforço, as encobrem. Requer a concentração de forças do intelecto para compreendê-las e perceber que os processos sociais dominantes são capazes de gerir, ao seu modo, os espaços onde se expressam as vidas humanas, mas nem sempre conseguem transformar homens e mulheres em simples marionetes. Deixam fissuras ou vazios que poderão constituir caminhos para que os sujeitos escapem dos referidos condicionamentos e determinações, vazios que podem ser preenchidos por práticas sociais que experimentam modos de viver inusitados, espaços em que a liberdade se apresenta como um valor que instiga à criação. Demanda, então, o deslocamento do foco da curiosidade e da ação humanas para questões e dinâmicas que definem rumos tanto para a vida social como para as vidas dos indivíduos.

Decidir implica, portanto, divisar possibilidades e impossibilidades e com elas poder conflitar. Leva-nos a identificar territórios a serem conquistados, não para simplesmente reproduzir, em outros lugares, ações já realizadas, mas para reconhecer os caminhos que se abrem e as portas que se fecham ao que fazemos, pensamos e queremos. Convoca-nos a nos capacitarmos para criar novas estratégias e implementar ações que nos permitam abrir portas, adentrar caminhos, construir saídas. Incita-nos a fabricar o novo.

Decidir pressupõe também a capacitação de cada um de nós para “*dispor de si mesmo*” e organizar relações pessoais e sociais em tempos e espaços de convivência. Envolve o reconhecimento dos saberes em circulação nesses espaços-tempo, acompanhar o empalidecimento de algumas afirmações ou verdades com as quais tais saberes operam e o florescimento de outras. Requer escolhas. Não dá descanso ao sujeito que a isso se predispõe e que emerge nessas relações, relações de poder associadas a saberes que as alimentam e nelas se apóiam. Chega a atordoar muitos de nós, envolvendo-nos em ações que configuram séries mecanicamente conduzidas. Pode nos levar ao limite da renúncia “*do eu*”, isto é, da subtração dos espaços que poderiam alojar as motivações pessoais para o “*governo de si próprio*”, para a conquista de formas de vida mais autônomas. Com isso, abre portas a um sofrimento que contamina os espaços de convívio. Põe em risco a sustentabilidade do indivíduo e das organizações sociais que integra.

Cada momento na história da humanidade apresenta, então, às mulheres e aos homens que reúne, desafios singulares, que se manifestam recobertos por uma pluralidade de formas. Desencadeiam as mais diversas (re)ações sobre aqueles que reúne, dentre elas e para alguns, a necessidade e a disposição de pensar sobre o vivido e sobre o viver.

2 Um tempo marcado por ambigüidades

Conviver com ambigüidades é uma das marcas do nosso tempo. E saber identificá-las é uma das capacidades que nos são requeridas para que possamos fazer escolhas e tomar decisões. E também para que estas não aconteçam de forma mecânica, ingênua e/ou submissa, se nosso desejo é mudar as nossas formas de estar no mundo até para manter vivo o planeta e as espécies que o povoam.

Vivemos, hoje, sob a expansão do capitalismo em sua forma neoliberal e globalizada. Por um lado, esta expansão nos apresenta uma infinidade de descobertas, o desenvolvimento de novos produtos, condições e procedimentos para tornar menos trabalhosos os nossos cotidianos. Como afirma o estudioso Tomás Tadeu da Silva, *“Vivemos num tempo em que vemos nossas capacidades ampliadas e intensificadas, em que, potencialmente, se estendem nossas possibilidades vitais: de conhecimento, de comunicação, de movimento, de diminuição da dor e de aumento do prazer, de sustentação da vida”* (2001, p. 7). Contudo, segue o pensador, esta mesma expansão está contribuindo para o aumento do *“espaço da destruição, da exclusão e da privação, da exploração do outro e da terra”*; não está dando conta de enfrentar *“a dimensão objetiva da desigualdade social, a dimensão ética da injustiça e a dimensão subjetiva do sofrimento”* é o que afirma Bader Sawaia (1999, p. 8), ao discutir as artimanhas da exclusão nas condições concretas da vida social, na contemporaneidade.

A desigualdade social, hoje, pode advir da forma como nos inserimos nos ambíguos circuitos econômico-produtivos das sociedades contemporâneas, mas não só. Desdobra-se, de forma não menos excludente, sobre os circuitos reprodutivos que abrangem relações de gênero, geração, relações raciais, étnicas, religiosas, dentre outras. Em tais circuitos, se desenvolvem mecanismos que monitoram a exclusão, produzem a inserção social, porém de forma excludente. Tais mecanismos são abrangentes, complexos, sutis e eficazes, pois não criam apenas as formas objetivas de inserção *“assujeitada”* de nossos corpos nos circuitos da produção e da reprodução. Atuam também no plano subjetivo, isto é, no plano da relação do sujeito consigo mesmo, na constituição do *“eu”*. Fabricam a imagem do *“igual”* - do bem sucedido, conforme os padrões do mercado - e do *“não igual”*. A este último inferiorizam, culpabilizam por não conseguir ser *“um igual”*. Com isso, marcam individual e socialmente as subjetividades, o jeito de pensar, de sentir, de ser de cada um, individualmente e também dos coletivos sociais.

O excluído, hoje, não é somente o pobre, aquele que não consegue ter acesso aos bens materiais e culturais produzidos socialmente. É o pobre e também todos aqueles sobre os quais atuam mecanismos como o preconceito, a intolerância, a incapacidade de admitir a diferença - o *“não igual”*. Há uma nova ética, que encobre e banaliza o direito de ter direitos, dirigida a regular essas vidas.

3 A consumição progressiva do humano

Dany-Robert Dufour (2005, p. 10) identifica, em concomitância com a expansão do capitalismo, mundialmente, a consumição progressiva do humano: se antes eram os *“corpos produtivos”* que se esvaíam no trabalho, para colocar a máquina produtiva em movimento e viabilizar a acumulação do capital, chegamos a um tempo em que a *“redução das cabeças”* também se torna necessária para introduzir e manter a lógica do mercado e da mercadoria nas sociedades contemporâneas, afirma o pensador. Mas, o que significa isso?

Significa que um novo homem está sendo produzido nos tempos atuais: um homem-mercadoria, plástico, adequado ao mercado. *“Os homens não devem mais entrar em acordo com os valores simbólicos transcendentais, simplesmente devem se dobrar ao jogo da circulação infinita e expandida da mercadoria.”* (Dufour, 2005, p.13). Se, em gerações anteriores, cada um de nós crescia e se constituía orientado pela referência a alguma *“entidade”* religiosa, filosófica, política, educativa, jurídica ou a uma tradição, o novo espírito do capitalismo atua na direção de livrar-se de valores culturais, de distanciar o indivíduo de referências fundantes, de coordenadas que possam insinuar uma herança. Atua também de forma a erradicar os elementos das culturas que singularizam esse mesmo indivíduo.

Dai o sentimento de insegurança profunda; a avidez por encontrar algo que aponte para um futuro e o desânimo frente os sonhos desfeitos. Nós, humanos, estamos nos sentindo frágeis e sós, mesmo nos acotovelando em multidões, onde somos apenas mais um. O *“ser-si”* (ser pessoa, construir uma identidade, ser reconhecido) e o *“ser-junto”* (participar de um coletivo, agir em conjunto, integrar uma organização, ter amigos), expressões do pensador citado (2005, p. 189), estão em desordem. O mercado os faz dependentes, pois o que lhes oferece e demanda amanhã não é o mesmo que apresenta e requer hoje. Ao mesmo tempo é predatório e facilmente estende esta característica às expressões e interações humanas com os outros da espécie, com as sociedades e com a natureza.

Os pacotes tecnológicos, de duração efêmera, chegam ao mercado para substituir formas culturais de produção. Os sistemas, formas e rotinas adotados para gerir a produção são, em sua maioria, predatórios ao ambiente natural e social. Os mecanismos adotados para apresentar os produtos ao consumidor fazem deste presa do mercado. As formas de expressão, as atitudes desenvolvidas e os valores transmitidos pelos diversos dispositivos da educação e da comunicação massificam e controlam o indivíduo. Esse conjunto de dispositivos é incompatível com qualquer propósito de sustentabilidade que queiramos afirmar. Sustentabilidade vista como relações do indivíduo consigo, com os outros e com o meio ambiente natural e social; relações que implicam transformação, criação e, ao mesmo tempo, preservação e cuidado; que se apresentam em oposição a qualquer tipo de destruição esterilizante.

Deslocar-se dessa roda-viva talvez se constitua, hoje, a forma mais madura de fortalecimento do sujeito. Deslocar-se sem, contudo, desconhecê-la. Deslocar-se reconhecendo a singularidade das condições sociais que possibilitaram a emergência desse novo modo de alienação do sujeito - sujeito/mercadoria - e dispor-se a experimentar outras formas de estar-no-mundo-ambiente.

Isto significa: atuar sobre o homem, vivente e convivente neste momento da história da humanidade, mas também construir uma forma nova de conceber a condição humana. Requer a construção de vontade e de capacidade para demandar e fazer uso da liberdade, valor com o qual a humanidade sempre se envolveu no desenrolar da sua história e que a ideologia do mercado “super-explora”, banalizando o seu significado. Implica dispor da liberdade, porém atribuindo-lhe um novo significado. Conceber a liberdade como forma de relação consigo e com a vida, aberta à experimentação. Forma de relação capaz de tornar o “*ser-si*” (sustentabilidade da pessoa), o “*ser-junto*” (sustentabilidade grupal) e o “*ser-relação*” (sustentabilidade social e ambiental) objeto de reflexão; arte de “*ampliar as cabeças*” e “*autorizar os corpos*” a expandir sua expressividade; atitude, nova forma de presença na “*sociedade ultraliberal*”¹

4 Dividindo espaços, gerando demandas

A dinâmica de produção de mercadorias, em especial a roda-viva do consumo a ela associado, destrói recursos e potenciais da natureza, controla interesses, vontades e a criatividade dos indivíduos. Um dos mecanismos que utiliza é a inumerável variedade de formas, capacidades, funções e quantidades de objetos que põe em movimento. Essa dinâmica, por um lado, torna os indivíduos cada vez mais dependentes dos estímulos do mercado e mais ansiosos, por não terem a capacidade infinita de consumo que lhes é sugerida. Por outro lado, gera uma sensação de saturação que convoca muitos deles a problematizar as relações que os envolvem.

As mesmas forças que conduzem indivíduos e produtos ao mercado não dão conta, contudo, de acomodá-los de modo a impedir a constituição das já referidas fissuras ou aberturas ao novo. Estas localizam-se no âmbito objetivo dos processos sociais (sempre haverá a necessidade de novos produtos) e no plano das subjetividades (o sujeito é mais do que consumo). Poderão escapar dos comandos da dinâmica do mercado e acolher construções sociais e culturais que fogem a sua determinação. Essas construções, ainda que possíveis, encontrarão dificuldades para serem socialmente legitimadas.

Entre elas, podemos divisar: iniciativas de sobrevivência e reprodução de experiências produtivas (agricultura familiar, práticas produtivas sustentáveis, empreendimentos de economia solidária), processos participativos de educação e de tomada de decisões (pedagogias alternativas, negociação e criação de políticas públicas), iniciativas inovadoras de produção artística, científica e cultural (experimentos de campo, pontos de cultura, exposições).

Essas iniciativas sociais, ao mesmo tempo em que experimentam novos produtos, conhecimentos, valores e relações, estão gerando novas demandas teóricas, metodológicas e técnicas a partir de suas próprias produções, dado a necessidade de controlá-las e avaliar seus efeitos e impactos sobre a natureza, sobre as sociedades e as populações. São reivindicativas, mas também propositivas. Precisam de conhecimentos novos e de espaços para produzi-los mas se colocam também na perspectiva de criar alternativas sustentáveis que venham a subsidiar necessidades, ressignificar outras e criar novas. Geram, ainda, a necessidade de comunicar o que foi criado. Configuram-se como iniciativas e práticas de resistência que alimentam e tendem a transformar as relações de poder vigentes. Podem “atropelar” inclusive o Estado. Essas iniciativas, ora têm seus espaços de expansão alargados, ora diminuídos, dependendo das forças político-sociais que aglutinam e das capacidades que conseguem forjar ao se expressar.

5 O que sistematização tem a ver com esses arranjos histórico-sociais?

¹ Plagiando Dufour (2005), às avessas.

A convergência de demandas e potenciais humanos e sociais, anteriormente descrita, pode ser “costurada” por meio da sistematização de práticas sociais estratégicas, como as referidas. A sistematização possibilita, a partir dos lugares que ocupamos e dos tempos em que vivemos, transformar nossas práticas sociais em objeto de reflexão, produção de conhecimentos e aprendizagens. O que foi feito/vivido? Quem o fez/viveu? Onde? Quando? Como?

Já nas primeiras propostas teórico-metodológicas de sistematização, construídas e socialmente divulgadas, verificamos que os processos investigativos que ela desencadeia tornam transparentes as iniciativas e práticas de indivíduos e coletivos sociais para eles mesmos e para aqueles com quem se comunicam, ao transformá-las em objeto de reflexão. Para que isso aconteça, além de resgata-las, situam-nas historicamente e percorrem com o pensamento as condições externas associadas ao seu surgimento e desenrolar. Este recorrido histórico ajuda a compreender a singularidade das configurações internas atuais das práticas e do conjunto de elementos que possibilitaram a sua emergência. Propicia, também, o diagnóstico dos problemas com os quais se debatem, dos seus potenciais e das construções realizadas a partir das mesmas - aprendizagens, conhecimentos e ações.

A sistematização transforma práticas sociais em objetos para o pensamento. Com isso, possibilita que os seus integrantes, sem se distanciarem da singularidade do seu mundo cultural, o vejam e dêem conta da relação deste com um exterior. Permite que percebam, ainda, que a complexidade das coisas com as quais se debatem para realizar ações, produzir conhecimentos e aprendizagens advém também desse pertencimento a algo mais amplo.

Um processo de sistematização concentra-se portanto em um objeto – prática social - porém o faz desde espaços-tempo que o significam. Essa condição de objeto histórico, social e culturalmente situado, lhe assegura potenciais, mas também limitações. É sobre isso que trataremos a seguir.

6 Potenciais e limites da sistematização

A sistematização constitui-se, então, em um processo de produção de conhecimentos cultural e socialmente situados. Ocorre a partir de práticas sociais que, conforme expressão de Oscar Jara (1996, p. 25), se configuram como “*experiências vitais, carregadas de uma enorme riqueza acumulada de elementos que, em cada caso, representam processos inéditos e irrepetíveis*”. Dota as práticas e os sujeitos de um conjunto de capacidades, abre possibilidades novas de conhecimento, aprendizagens e relações. Apresenta, contudo, limitações.

- a) A sistematização transforma as práticas sociais em objeto de investigação - objeto construído; problematiza essas práticas, as recorta e as trata a partir de um foco e mediante: a) a escolha de uma abordagem teórica; b) a opção quanto a uma referência empírica; c) decisões quanto aos procedimentos - métodos e técnicas – a serem adotados ao investigá-las. Não tem a pretensão de apreender toda a complexidade e diversidade das manifestações dessas práticas. Pretende, contudo, desde um foco transformá-las em objeto para o pensamento, isto é, propiciar aos seus integrantes a tomada de distância crítica e identificar as relações que elas configuram, o que elas produzem e as verdades que afirmam. Com isto, evita que as relações dos sujeitos das práticas com as suas verdades se tornem fixas e incita-os a submetê-las ao jogo do falso e do verdadeiro. Esta é uma relação entre teoria e prática que não separa uma da outra.
- b) A sistematização intensifica a vivência coletiva no interior da prática social em estudo. Procura fazer com que os processos instalados afetem e convoquem seus integrantes a narrá-la, sob o foco definido, marcando essas narrativas com significados diversos, como são diversas as vozes que narram. Esses significados são dinâmicos, passam por mudanças ou “deslocamentos” em razão das interações e jogos de verdades que ocorrem no interior da prática em estudo. Costumamos dizer que a sistematização incentiva a construção de uma narrativa que contempla “olhares singulares, plurais e sensíveis às mudanças”.
- c) Ao transformar a prática em objeto de reflexão, a sistematização estará se constitui como um espaço investigativo e educativo; se faz mediadora entre a formação de sujeitos de pensamento e ação - investigadores, avaliadores, planejadores, atores - por meio de um processo de produção de conhecimentos que se desdobra em desencadeador de aprendizagens. Com isso, poderá tratar a aprendizagem como uma dinâmica que alia o “aprender-a-fazer” fazendo; o “aprender-a-pensar” pensando e o “aprender-a-ser” sendo.
- d) Faz da prática experiência, isto é, vivência refletida e, para melhor compreendê-la, complementa a narrativa com a descrição das condições sociais e políticas que possibilitaram sua emergência. Orienta a identificação das marcas que imprimiu sobre os seus integrantes. Com isso, a sistematização intensifica a relação dos participantes com a “prática-

experiência”, e se faz mediadora também no plano da ética: afeta o “*ser-si*”, o “*ser-junto*” e, ainda, o “*ser em relação*” com o ambiente natural e social do seu tempo, edificando novos valores e sentimentos como a solidariedade, a amizade, o reconhecimento, a liberdade.

- e) Trabalha com os conflitos, transformando-os em objeto de reflexão. Procura identificar os conflitos vivenciados objetivamente, desde as práticas, como os desentendimentos e as lutas sociais contra o Estado, instituições e outras práticas e sujeitos sociais. Da mesma forma, procura problematizar os conflitos que se instalam no plano das subjetividades. Neste âmbito, enfrenta, sem dúvida, o sofrimento do “sujeito-de-ação”, trata-o como tensão, sem, contudo, banalizá-lo. A sistematização não foge da tematização da relação moral dos sujeitos consigo mesmos, com os outros e com a sociedade. Não se propõe, contudo, a construir heróis, mas a potencializar a formação de homens e mulheres “bem resolvidos” quanto à aventura humana para a qual as práticas sociais os convocam.
- f) Instiga e prepara os sujeitos da prática para, a partir dela e das aprendizagens possibilitadas pela sistematização, assumir atitude de experimentação desde os seus cotidianos: criação de novas formas de organização, gestão e participação de empreendimentos produtivos, processos organizativos, educativos e de promoção social.
- g) Produz, a partir do trabalho desencadeado junto aos sujeitos da prática (narrativas, reflexões, negociações e ressignificações), instrumentos de comunicação, dando visibilidade para: O que foi feito/vivido? Quem o fez/viveu? Onde? Quando? Como? Por quê? Para quê?
- h) Possibilita divisar aspectos e caminhos a serem erradicados, reconstruídos e/ou reforçados para orientar ou reorientar a prática: criar novas estratégias de relação com a sociedade civil e com o Estado, inclusive no âmbito da negociação e criação de políticas públicas. Potencializa, portanto, a dimensão política das práticas sociais.
- i) Dá espaço para a maturação dos sujeitos, na medida em que amplia o seu universo de comunicação, de sociabilidade e a sua reflexividade.

Não descartamos a possibilidade de ocorrer a frustração de expectativas e equívocos de construção em processos de sistematização, levando a interrupções ou a opções por outras formas de intervenção sobre as práticas sociais - como as avaliações e outras abordagens investigativas - embora não sejam freqüentes esses tipos de ocorrência. Pelo contrário, a sistematização tende a desencadear, entre os participantes, uma série de disposições capazes de entrelaçar motivações, vontades, reflexividade, relações, necessidades, compromisso e ação social.

7 Fundamentos de uma proposta

A proposta metodológica de sistematização com a qual trabalhamos tem sido pautada pelos seguintes fundamentos:

- 1) Considera o sujeito como resultado de um processo de produção cultural e social. Esse processo implica relações de poder e, com isso, afirma uma lógica não unitária, acidentada, por vezes surpreendida pelo acaso. Pode ser caracterizado como campo de lutas. Na atualidade, os sujeitos que emergem desses campos de lutas assumem uma forma-sujeito fragmentada. Em sua busca de um auto-governo, de desatar amarras para construir autonomia, está sempre se debatendo com os mecanismos que atuam na direção de assujeitá-lo.
- 2) Vê as relações sociais como complexas e múltiplas. Leva em conta que não são apenas as relações econômicas que regem as ações humanas e as subjetividades dos indivíduos, embora elas assumam um grande peso, especialmente em uma sociedade globalizada, como a contemporânea. Há, contudo, questões raciais, de gênero, étnicas, de geração, parentais que atravessam os processos sociais e marcam os indivíduos e as sociedades. Elas se apresentam, ora declaradas, ora encobertas. Nem sempre se revelam numa primeira observação ou narrativa das vivências dos indivíduos e do movimento de suas práticas na sociedade.
- 3) Como parte de processos e práticas sociais, os sujeitos produzem conhecimentos e se empenham para que os mesmos sejam reconhecidos e legitimados socialmente. Estes conhecimentos não são, portanto, naturais, nem fixos. Há diferentes formas de conhecer, de integrar a luta em torno da verdade. Verdade tida como um conjunto de afirmações sobre a prática, a qual associamos um certo efeito de poder, como trata a obra de Michel Foucault (1990, p. 13-14). As fronteiras entre as formas de conhecer não são fixas. Os saberes da experiência e o conhecimento acadêmico são formas de produzir conhecimento que se distinguem pela menor ou maior capacidade de sustentar a crítica sistemática, a argumentação e a

contra-argumentação. A sistematização, na sua diversidade de propostas metodológicas, se apóia em ambos, procura mantê-los em diálogo e romper com a hierarquia que desqualifica os primeiros.

4) A sistematização, ao recuperar as práticas que transforma em objeto de conhecimento, se apóia em narrativas acompanhadas de análises e interpretações. Considera que essas narrativas já se constroem mediante as interpretações que os sujeitos das práticas formulam sobre elas. Pontua, contudo, aspectos que serão refletidos mais detidamente, que vão passar por uma sistemática de interpretação da interpretação. Há, portanto, em nossa proposta de sistematização, momentos em que privilegiamos a construção de narrativas, outros em que a reflexão sobre elas ocorre com maior intensidade. São diferentes os movimentos do pensamento que estão por trás de tais procedimentos. O primeiro narra o vivido, faz uso da memória, remexe heranças, atribui significados às coisas e às relações. O segundo lê e interpreta o que o descrito “tem a dizer” e “como o faz”. Procura estabelecer um afastamento que assegure condições de crítica ao vivido e ao narrado. Nossa proposta de sistematização lida, portanto, com práticas sociais, discursos e interpretações. Oportuniza que estes tomem forma e se constituam em objeto de crítica e argumentação.

5) A sistematização não parte de elaborações teóricas, previamente feitas, às quais serão submetidas práticas e discursos. Utiliza elaborações teóricas de campos disciplinares diversos como a economia, a sociologia, a antropologia, a educação, a ecologia, a arte, a literatura, a biologia, a psicologia, entre outros, dependendo das demandas de conhecimento pontuadas sobre as práticas que transforma em objeto de reflexão. Ao situar tais demandas no vivido e nas narrativas que o significam, tende a inter-relacionar campos disciplinares, a produzir interdisciplinaridade. Recorre a esses campos teóricos de tal forma que, ao utilizar-se de um, em resposta a uma demanda de conhecimento, dá entrada a outras demandas e campos. Cria uma relação de provocação e acolhimento com diversos campos disciplinares e, assim, vai rompendo com hierarquias e fazendo uma entrada mais integrada e solidária nos jogos de verdade.

6) O espaço educativo propiciado pela sistematização é um espaço de expressão e interação de uma pluralidade de vozes (que admite encontros e desencontros, coerções e reconhecimentos solidários). A sistematização concebe a educação como diálogo ampliado, polifonia. Convoca o sujeito a integrar “jogos de verdade”, ou seja, a revelar os significados que atribui à prática e a confrontar-se com outros significados também a ela atribuídos, com produções teóricas produzidas historicamente e com os diferentes procedimentos utilizados nessas produções. A sistematização é, ainda, um espaço de subjetivação: possibilidade do sujeito ressignificar um “*ser-si*” (o seu eu, a sua relação consigo), um “*ser-junto*” (as relações com os outros), um “*ser-relação*” (sua relação com a natureza e com a sociedade do seu tempo). Propicia aprendizagem e formação. A dinâmica educativa, que aporta, acontece mediada por “educadores/investigadores” – internos e/ou externos à prática. Está, contudo, de tal forma centrada nos sujeitos da prática, que os faz “educandos/investigadores”; realiza a virada pedagógica, do ensino para a aprendizagem, como já sugeria Paulo Freire (1983).

7) A sistematização da qual falamos não é isenta de caráter político, não é neutra. Propõe-se a apreender as relações de poder, que afirmam verdades “históricas”, “culturalmente situadas”, “predispostas à contestação e à ressignificação”, nos âmbitos das práticas, das sociedades e dos sujeitos. Atua no sentido da integração entre teoria e prática. Desconfia, portanto, de abordagens que não estão atentas para as inversões e interseções de forças conjunturalmente produzidas em razão dos jogos de poder que constituem os diversos espaços da vida social.

8) Ao incentivar que se manifestem os significados atribuídos pelos sujeitos as suas práticas, a sistematização vai possibilitando que as singularidades destas sejam apreendidas.

8 Uma proposta em 8 momentos

Ao realizar a sistematização de uma prática social, trabalhamos a partir de três frentes:

- os processos e vivências: atos cotidianos, acontecimentos, ações estratégicas, instituições, sujeitos (suas relações e condutas), procedimentos e técnicas;
- os significados atribuídos pelos sujeitos aos processos e vivências, que configuram a prática social em questão: atos de fala que expressam os saberes que eles aportam e manifestam ao atribuir significados a esses processos e vivências;
- as construções teóricas que buscamos, criamos e recriamos na medida em que delas precisamos para subsidiar as análises e interpretações pretendidas: discursos das ciências naturais e, principalmente, das ciências humanas.

Estaremos, ao recuperar a prática mediante perspectivas diversas, problematizando-a; interrogando-a sobre sua forma de se apresentar em uma determinada época e em um lugar; interrogando-a mediante um foco que será uma espécie de trilha pela qual andar o nosso pensamento questionador. Se, anteriormente, a nós, integrantes da mesma, cabia vivê-la,

planejá-la, administrá-la e até mesmo avaliá-la, com a sistematização vamos refletir sobre a forma historicamente própria com que esta prática, em um tempo e em um lugar, está dando “*um certo tipo de resposta a um certo tipo de problema*” (Revel, p.2005, p. 70).

Nossa proposta prevê 8 momentos nos processos de sistematização:

1) Aproximação dos sujeitos da sistematização

Como são diversos os sujeitos, os lugares que eles ocupam na prática e as tarefas que assumem na sistematização, há necessidade de que exponham e justifiquem as motivações, interesses e objetivos que têm com a sistematização. Por que sistematizar? Para que sistematizar?

É fundamental também que comecem a identificar o foco para o qual vão dirigir o pensamento; que esclareçam quais os problemas da prática estão mobilizando os seus saberes a formular perguntas e a esperar respostas. O que sistematizar?

Começamos, com isso, a explorar o jeito de cada participante da sistematização ver a prática e expor a multiplicidade de significados que a ela conferem. Iniciamos trocas, negociações e novas construções no plano dos significados, incentivando a polifonia, ou seja, que o coletivo da sistematização venha a falar a prática por meio de uma diversidade de vozes em interação. Damos início a um tipo de investigação que deverá se desenvolver concomitantemente a um processo educativo; que se proporrá a desencadear novas interpretações e aprendizagens sobre a prática.

A proposta de sistematização com a qual trabalhamos, como as demais que estão vinculadas à educação popular, não simpatiza com a idéia de um sujeito externo realizar a sistematização (Jara, 1996, p. 86). Tem como característica criar um “ambiente” no qual são os integrantes da prática, dispostos em grupos, que realizam a problematização e a delimitação do objeto; o traçado e o desenvolvimento do processo de sistematização. Consideramos, contudo, que nem todos participarão da mesma forma nesse processo, como também nem todos desempenham as mesmas funções na prática.

Reconhecemos que há necessidade de sujeitos externos mediar tanto os processos investigativos como as ações pedagógicas que preparam e alimentam a sistematização. São diversas as demandas de conhecimentos e as aprendizagens que uma prática social demanda e suporta no momento em que é transformada em objeto para o pensamento.

2) Elaboração do projeto

Realizados os primeiros ensaios e aproximações elaboramos o projeto da sistematização, isto é, definimos:

- a) um objeto: qual a prática a ser trabalhada e qual o recorte empírico (no tempo e no espaço) que faremos para resgatá-la, acompanhá-la e significá-la? O que sistematizar?
- b) uma justificativa: quais as razões que temos para sistematizá-la? Por que sistematizar?
- c) um conjunto de objetivos: pretendemos o que com o processo e os produtos da sistematização? Para que sistematizar?
- d) um eixo temático e perguntas orientadoras: qual a pergunta ou hipótese (afirmação antecipada) que guiará os resgates e os ordenamentos que vão compor as narrativas e garantir as reflexões? Vamos também desdobrar esta pergunta ou hipótese em outras para “abrir”, ainda que limitando, o nosso foco de pensamento nos aspectos sobre os quais pretendemos produzir conhecimentos. Sob qual foco realizar a sistematização?
- e) uma metodologia: qual o jeito previsto para abordar o objeto da sistematização, de forma a apreender os processos, as vivências e os significados a ele associados; qual o desenho dos procedimentos a serem seguidos e das técnicas a serem utilizadas para abordá-lo? Como dispor e acessar registros sobre a prática? Como animar as falas para construir as narrativas dos processos vividos? Como construir instrumentos para isso?
- f) para quem vamos dirigir os produtos da sistematização, com quem vamos trocar esses produtos, como vamos “utilizá-los”?

3) Viabilidade da sistematização

Realizado o projeto, vamos discutir sua viabilidade.

- a) há registros sobre a constituição e o desenrolar da prática?

- b) há recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis ou a serem disponibilizados para que a sistematização ocorra?
- c) há vontade política entre os integrantes da prática para transformá-la em objeto de reflexão?
- d) o eixo da sistematização e os objetivos previstos podem ser atingidos com os recursos disponíveis?
- e) cronograma de atividades – prevê tempos, atividades, recursos, definição de responsabilidades, não somente para a realização da sistematização, mas também para o retorno do processo desencadeado, à prática, e para a comunicação deste, externamente.

4) Registros e informações

Vamos identificar os registros existentes sobre a prática. Estes, além de possibilitar o resgate do que “aconteceu”, e das formas como os fatos, atos, relações se objetivaram em um tempo e lugar, contribuem para que seja maior a pluralidade de significados com os quais a sistematização vai trabalhar. Trazem as visões de outros sujeitos que se relacionaram com a prática em outros momentos e desde outros lugares.

As fontes existentes podem ser relatórios, produtos de avaliações e planejamentos, atas, diários de campo, memórias de oficinas, de seminários, de dias de campo e de outros percursos de ação relacionados à prática, materiais de divulgação, relatórios de pesquisas, fotos, vídeos, gravações.

Podemos, também, trabalhar sobre “as memórias” dos integrantes da prática, mobilizando novas fontes de informação, como: oficinas, reuniões, vivências, entrevistas; construir linhas de tempo, mapas, diagramas, jogos dramáticos, dias de campo e outros instrumentos e técnicas usados em diagnósticos, pesquisas, avaliações e planejamentos participativos; construir e fazer uso de roteiros de perguntas, protocolos de discussão, listagens de itens.

Há uma infinidade de instrumentos e técnicas que intensificam a participação dos integrantes da prática na construção das informações demandadas pela sistematização e que viabilizam a reconstrução da prática. É importante definir participativamente quais utilizar.

5) Construção das narrativas

A narrativa – reconstrução da prática mediante o eixo temático definido pela sistematização - vai passar por construções e reconstruções. Uma primeira versão se fará com base especialmente nos registros e documentos já existentes e identificados pela sistematização. A coordenação da sistematização poderá responsabilizar-se por esta elaboração, que poderá ser construída de forma esquemática, explorando a cronologia da prática e possibilitando o ordenamento das buscas seguintes. Digamos que será uma narrativa em “branco e preto”.

Este primeiro resgate, se pedagogicamente trabalhado, tornar-se-á instrumento de motivação para que outros integrantes da prática ocupem-se da sistematização como portadores de saberes e significados que estarão em debate e contribuirão para que a narrativa da prática ocorra mediante a já referida polifonia.

Uma segunda versão da narrativa já estará juntando as diferentes vozes e os significados diversos que estas aportam à prática. O que os integrantes da prática sabem sobre ela? Como a vêem e a sentem? Suas vozes pintarão com diferentes cores o que foi resgatado da prática na primeira narrativa. O processo será mediado por uma equipe de coordenação (educadores/pesquisadores/animadores internos e externos à prática) que ajudará o grupo a não perder o foco da sistematização e a alcançar formas democráticas de viver a experiência de sistematizar e de fazer da prática experiência, ou seja, objeto refletido.

Essa segunda narrativa integrará interpretações da prática que estarão ocorrendo coletivamente no desenrolar da sistematização, mas é o momento seguinte – reflexão e teorização - que privilegia este movimento do pensamento do coletivo organizado para a sistematização, como trataremos a seguir.

6) Reflexão e teorização

Primeiramente faremos uma “exegese” da segunda narrativa construída, isto é uma “revisão crítica” da mesma. Há maneiras diversas de organizar este momento que procura adensar a dinâmica reflexiva sobre a prática, especialmente com o auxílio de teorias já legitimadas socialmente que nos ajudarão a construir e a responder questões, a partir do que foi vivido e do que foi narrado, orientando nosso pensamento.

- A narrativa foi guiada pelo eixo temático e responde às perguntas orientadoras da sistematização? Há lacunas? Há repetições? Quais? Vamos acrescentar o que falta e retirar o que sobra na narrativa.

- A narrativa permite identificarmos alguns *momentos significativos* da prática sob sistematização? Caso sim, quais são eles? O que os define? Quais são os “marcadores” desses momentos significativos? Uma ruptura, crises ou tensões, conquistas, mudanças de estratégia, mudanças nas relações de poder, a incorporação de novos significados dando conteúdo à prática?

- A narrativa oferece elementos para localizarmos algum “*núcleo de singularidade*” na prática, nas construções e relações que esta realiza? Algo que a faz diferente das demais e que motiva os participantes da sistematização a explorarem os conhecimentos e aprendizagens que ali estão sendo gerados? Algo que revele como os sujeitos da prática vivem com intensidade uma situação ou que aponte as interpretações que os levam ao debate, os conceitos com os quais operam, os significados novos atribuídos a esses conceitos e as repercussões desses movimentos sobre a prática?

Um “*núcleo de singularidade*” pode corresponder à forma como se apresenta e/ou se organiza um conjunto de fenômenos como: relações econômicas (produtor-mercado, produtor-órgãos estatais), relações sociais e culturais (de classe, de gênero, entre gerações), relações entre sujeitos e instituições (parcerias, cooperação, concorrências, acordos), lutas sociais (pela terra, por organização, pela produção, pela comercialização), processos de educação (aprendizagem) e formação (construção de subjetividades), comunicação e difusão (enfoques e formas), entre outros. Geralmente, aparece sobre o eixo temático da sistematização, mas não são raros os casos em que desponta e produz desvios no trabalho de construção e crítica das narrativas gerando, inclusive, sub-eixos na sistematização ou temas para a construção de objetos para a investigação.

- A narrativa permite localizarmos *problemas e tensões da prática*? Quais são os elementos que se apresentam em tensão? Houve possibilidade de superar as tensões e problemas identificados no desenrolar da prática ou eles seguem demandando esforços para que possam ser administrados? Como isso está ocorrendo?

- Quais foram as *potencialidades* identificadas na prática em estudo, e como atuaram, no amadurecimento ou consolidação da prática? Há como atuar no sentido de direcioná-las para a superação das tensões e problemas identificados? Como?

- Quais foram as *aprendizagens e conhecimentos* mais relevantes construídos nas vivências propiciadas pela prática e potencializadas pela sistematização?

- A *produção teórica* “acontecida” durante a sistematização vem sendo incorporada à prática? Como? O grupo que a integra está operando com novos conceitos? Quais? Já há indícios de a sistematização estar criando *atitudes mais reflexivas* entre os sujeitos da prática? Como isso se verifica?

- No plano dos *valores*, podemos identificar mudanças nas relações dos sujeitos da prática consigo-mesmos (no “*ser-si*”), com os outros (no “*ser-junto*”), com a prática e com o meio ambiente (no “*ser-relação*”)? Quais as mudanças?

Procuramos, então, dar resposta a estas perguntas, situá-las, detalhá-las e ampliá-las sem, contudo, perder de vista o eixo temático da sistematização. Para dar seguimento à “reflexão e teorização” lançamos-mão da oportuna pergunta formulada por Oscar Jara ao tratar o tema da sistematização (1996, p. 105): “*Por que aconteceu o que aconteceu?*”; ou mais explicitamente: Quais as condições internas e externas à prática que concorreram para que acontecesse o que aconteceu? Como atuaram?

Neste momento, a equipe de coordenação da sistematização orienta a identificação de formulações teóricas que possam ser dirigidas aos aspectos da prática que estão demandando compreensão, às perguntas que estão esperando por esclarecimentos.

Uma terceira versão da narrativa da sistematização estará então se construindo com a incorporação dessas reflexões/teorizações. A narrativa tornar-se-á mais viva e complexa ao sobrepor, aos relatos dos processos e vivências e aos significados conferidos à prática, as construções teóricas então encetadas.

7) Reconstruções

Este é um momento de grande relevância, pois é a hora de lançar mão daquilo que foi produzido, aprendido e vivenciado, reflexivamente, e incorporá-lo objetivamente à prática. É o momento de sugerir mudanças quanto aos saberes em circulação (conteúdos temáticos, formas de tratá-los, procedimentos e técnicas para implementá-los), quanto às relações de poder (objetivos, estratégias, relações) e quanto aos sujeitos das práticas (relação consigo, convivência, participação social).

A sistematização tem esse caráter pragmático de subsidiar o desenrolar das práticas e de se constituir formadora para aqueles que dela participam. Há, contudo, como desenvolver essas tarefas de forma reflexiva. Não tratamos, na sistematização, de abordar as práticas a partir da relação “problema-solução”, mas sim de trabalhar sobre as mesmas mediante a relação “problema-reflexão-aprendizagem”, “mudanças na prática” e “formação de sujeitos”.

Por sua vez, a sistematização atua sobre dinâmicas de complexidade muito grande. Por esta razão, não é simples chegar democraticamente a proposições de mudanças e reconstruções e de fato objetivá-las. É importante que a sistematização crie espaços para que essa diversidade se manifeste, para que os confrontos dela decorrentes se explicitem, para que negociações se estabeleçam e seja possível consensar estratégias.

8) Produtos para a comunicação

Além das construções e reconstruções propostas e possibilitadas, a sistematização gera produtos de comunicação. Estes poderão desempenhar funções relevantes junto aos integrantes das práticas e externamente, uma vez que retomam e narram processos, pontuam problemas e tensões, expõem construções, aprendizagens e revelam verdades que passam a ser afirmadas a partir da oportunidade assumida por um coletivo de voltar-se sobre vivências compartilhadas, culturalmente situadas, problematizá-las e analisá-las.

Há uma grande variedade de produtos que vêm sendo construídos para comunicar os processos e resultados da sistematização de práticas sociais. Oscar Jara (1996, p. 110) lembra que devemos *“levar em conta a quem é dirigido esse material e para que ele é produzido”*. Assim saberemos extrair do produzido – além de um relatório detalhando o processo da sistematização - produtos diversos e adequados a funções e públicos diversos: livros, cadernos, artigos para periódicos, cartazes, fotografias, exposições orais, músicas, peças de teatro, filmes, novelas etc.

9 Vivendo uma experiência

Freqüentemente, acompanhamos avaliações sobre os processos de sistematização dos quais participamos. Sem surpresa, deparamo-nos com depoimentos que aliam sofrimento e prazer a essa aventura coletiva que coloca sob crítica vivências tão caras a muitos de nós. *“São processos trabalhosos, nada fáceis de realizar”*, ouvimos. Fazer sistematização exige tempo, recuperação de informações, demanda reconstruções, provoca insatisfações, testa nossas capacidades de suportar constatações como: *“não é sempre que conseguimos realizar o que planejamos”*. Ouvimos, por outro lado, que é instigante a aventura, pois a sistematização leva-nos a constatar *“que produzimos”*, a identificar *“o que produzimos”* e a nos darmos conta de *“como produzimos”*. São oportunidades muito ricas, pois experimentamos novas relações com as pessoas, com o conhecimento, com as próprias práticas e com nosso *“eu”*. Os processos vividos são densos; chegam a ser *“mais significativos”* do que os produtos gerados. Muitas vezes *“nos desestruturam”*, também ouvimos. Geralmente, constituem-se em *“experiências que a gente não esquece”*...

Ao lembrar esses depoimentos, sem dúvida, nos fixamos no último deles: *“experiências que a gente não esquece”*... e passamos a desdobrá-lo, em especial o termo *“experiência”*, em perguntas e conjecturas que nos auxiliam a explorá-lo: são oportunidades de *“viver uma experiência”*... Oportunidades de vivência e de experiência. O que significa viver uma experiência? O que é uma experiência? Participar de uma prática social é participar de uma experiência? A sistematização possibilita-nos viver uma experiência?

A noção de experiência, através dos tempos, tem sido discutida por diversos pensadores e mediante perspectivas diversas. Na obra do pensador francês Michel Foucault, a encontramos em distintos momentos. Constatamos também os deslocamentos de significados pelos quais o termo passa ao longo da produção do referido pensador. Contudo, a conotação de *“intensidade”* reincide nos diferentes momentos em que se refere ao termo. Experiência é vivência intensa; é algo que impacta o indivíduo; que o leva a situações-limite; *“a experiência é alguma coisa da qual saímos transformados”* (Revel, 2005, p. 47).

Por sua vez, Marie-Cristhine Josso, interessada em compreender e teorizar sobre *“experiências de vida e formação do sujeito”*, chegou a constatações como: experiências são vivências particulares que assumem um status diferenciado *“a partir do momento que fazemos um certo trabalho reflexivo sobre o que se passou e sobre o que foi observado, percebido e sentido”* (2004, p. 48). A experiência combina vivência e reflexão. Possibilita que singulares vivências se constituam em objeto para o pensamento dos sujeitos que as experimentam, mas toca também seus sentimentos, suas sensibilidades, suas capacidades de ação, de jogar para frente o vivido como ideação. Contamina a complexidade do sujeito e, fazendo isso, dá condições ao mesmo de intensificar suas relações com o vivido.

Ao serem problematizadas e apresentadas pela sistematização como objeto para o pensamento, as práticas sociais e as vivências que elas oportunizam, aos seus sujeitos vão se configurando como experiências. A sistematização, ao interroga-las mediante um eixo temático, estará possibilitando que se exponham, em suas formas historicamente singulares de se objetivarem, e permitindo que mostrem como estão dando respostas aos problemas, tensões e desafios com os quais estão convivendo.

Trabalhamos, na sistematização, a construção de narrativas. Ao fazê-lo, orientamos os sujeitos das práticas a priorizarem uma construção coletiva que transforma “o que se passou”, “o que se viveu” e “o como se viveu” em um discurso articulado a partir de um eixo temático e de análises e interpretações. Como mencionamos anteriormente, trabalhamos sistematização em três frentes: com documentos que nos apresentam processos e vivências; com atos de fala que revelam significados atribuídos pelos sujeitos das práticas a esses processos e vivências e, ainda, com construções teóricas que permitem realizar as referidas análises e interpretações. Estas não resultarão, portanto, em um simples narrar, mas em narrativas refletidas.

Ao trabalhar sobre tais narrativas, experimentamos o trânsito de nossas forças potencializadoras de processos e vivências em direção a um discurso articulado que expõe significados, promove debates, favorece integração, passa por análises e interpretações e reconstruções. Há, nesse percurso, um movimento de articulação de saberes e poderes e abertura de espaço para que os indivíduos se autorizem a assumir a palavra e se revelem como sujeitos de linguagem. No momento em que, do interior de uma prática social e cultural, esses sujeitos se autorizam a articular discursos, afirmando algumas verdades e infirmando outras, eles estão também se enunciando. Estão se apresentando como sujeitos de um espaço-tempo e também se assumindo em sua historicidade; revelando-se sujeitos de experiência, ativamente envolvidos, por meio de seus pensamentos, atitudes, comportamentos, sentimentos, saber-fazer, com suas vivências. Estão, por sua vez, forjando condições para apresentar propostas, traçar estratégias, implementar projetos, no âmbito de suas práticas e para além delas.

Para que tudo isso seja possível, atravessam situações-limite que os demandam, como sujeitos inteiros, a suportar o vazio de ver sua obra posta à crítica e a ter que enfrentar exigências de criação para recompô-la em seus significados, estratégias, ações e relações. Estarão “*juntando cacos e construindo vitrais*” (Prado, 1991). Podemos dizer que isto é viver “*experiência*”, é fazer, tanto da prática social como do processo de sistematização, “*experiência*”. É, também, caminhar na direção de uma sustentabilidade ampliada daquilo e daqueles que estão implicados com a sistematização; da prática social transformada em objeto de reflexão e do “*ser-si*” (sustentabilidade pessoal), do “*ser-junto*” (sustentabilidade grupal) e do “*ser-relação*” (sustentabilidade social e ambiental), que ela acolhe e provoca.

10 Sistematização e políticas públicas

Vimos que a sistematização desenvolve a capacidade propositiva do indivíduo, no momento em que o situa em um espaço-tempo e assegura um lugar a partir do qual ele poderá revelar as verdades que suas práticas afirmam e a suas verdades como sujeito histórico, sujeito de discurso. Forma, portanto, esse indivíduo para integrar debates como o das políticas públicas, assumindo, quanto a estas, perspectiva crítico-propositiva, desafio da contemporaneidade, quando os condicionamentos e determinações dos processos sociais dominantes - densos e sutis - reduzem as possibilidades humanas de criar.

Como vimos, a sistematização desenvolve potencial e prepara o indivíduo para divisar fissuras no emaranhado social, desde suas práticas, e traçar estratégias que coloquem a plasticidade humana a serviço dessa sustentabilidade ampliada a que vimos nos referindo.

O fato de lidar com práticas social e culturalmente situadas (locais, regionais), transformando-as em objeto de reflexão e produção de conhecimentos, localiza o indivíduo nos espaços que percorre (extrapolando, inclusive, os recortes locais e regionais de suas práticas); favorece a compreensão das relações de poder que o definem e facilita o seu auto-conhecimento como integrante desses espaços. Contextualiza o seu potencial propositivo, na medida em que amplia a sua sensação de pertencimento a um coletivo real, a uma prática social e cultural, que é parte de processos de maior amplitude. Realça suas capacidades, como sujeito de conhecimento, moral e político. Capacidades de produzir conhecimentos, valores e ações estratégicas.

No caso das políticas públicas e, na atualidade, capacita este mesmo indivíduo para uma participação social ativa, apontando para a viabilidade de criar possibilidades de ação e reforçar tendências, como a descentralização do Estado,

dotando-as de caráter participativo. Possibilita aprendizagens e força para tratar questões como a descentralização das responsabilidades sociais do Estado, institucionalizada por meio de políticas públicas, como conquista das municipalidades, do cidadão e da cidadã; para entrar neste debate, que é público, concebendo a descentralização não apenas como um mecanismo de substituição de responsabilidades, deveres e tarefas de uma instância estatal mais ampla (União e Estados) para outra de âmbito mais restrito (municípios e voluntariado), mas como uma nova configuração de “*formatos institucionais*” que tenha capacidade de ampliar “*as arenas públicas para a explicitação dos conflitos e demandas sociais*” (Seibel, 1999, p. 7).

11 Sistematização, uma arte de ampliar cabeças e autorizar corpos

A reflexividade que a sistematização exige dos sujeitos, ao promover a análise e reconstrução dos significados, relações e ações que dão identidade as suas práticas, estará, sem dúvida, ampliando a capacidade crítica dos mesmos e as suas percepções sobre o que vem se passando em outras esferas do social. Poderá complexificar necessidades, sentimentos, vontades, valores e significados. Esclarecer os nexos entre os movimentos de práticas singulares e as dinâmicas da sociedade. Potencializar a criatividade e a sociabilidade individuais e também dos coletivos que as práticas representam.

Viver, conviver, viver bem... são sentimentos, expectativas e desejos presentes nas vidas humanas: perpassam o “*ser-si*”, o “*ser-junto*” e o “*ser-relação*” nas diversas escalas do social. São sentimentos que podem estar objetivados em nossas práticas, mas, na concretude delas, nem sempre cabem tais expectativas e desejos nas proporções e grandezas que os imaginamos. Portanto, o que se nos apresenta como “*movimento em vida e vida em movimento*”, quando problematizamos nossas práticas e as abrimos à reflexão, é a capacidade de “*divisar possibilidades e conflitar com impossibilidades*”; abrir portas, traçar rumos para nossas práticas e para a vida social. E resistir a nos assujeitarmos a uma forma-sujeito reduzida a mercadoria.

Se a sistematização leva a isso, podemos concluir que há razões para considerá-la *uma arte de ampliar cabeças e de autorizar corpos a expressar necessidades, expectativas e vontades* – movimento de adequação entre discursos e ações. Movimento que solidifica os nexos entre reflexão e ação, teoria e prática; que cria identificações e dá sentido às vidas humanas, mas que, sem dúvida, exige muito trabalho.

12 Referências

- DUFOUR, Dany-Robert. *A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.
- FOUCAULT, Michel. Política e ética: uma entrevista. In: _____. *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 218-224. (Ditos e Escritos, 5)
- FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: _____. *Microfísica do poder*. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990. p. 1-14.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- JARA, Oscar. *Para sistematizar experiências*. João Pessoa: Ed. Universitária / UFPB, 1996.
- JOSSO, Marie-Christine. *Experiências de vida e formação*. São Paulo: Cortez, 2004.
- PRADO, Adélia. *Cacos para um vitral*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- REVEL, Judith. *Foucault, conceitos essenciais*. São Paulo: Claraluz, 2005.
- SAWAIA, Bader. (Org.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SEIBEL, Erni J. Prefácio. *Revista Ciências Humanas*, Florianópolis, Ed. da UFSC, especial, 1999. p. 7-9.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.